



**ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO, REALIZADA EM 03
DE NOVEMBRO DE 2016.**

Às quinze horas e dez minutos do dia três de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no Auditório do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá, sob a Presidência da Reitora e Presidente do Conselho Universitário, Professora Eliane Superti e com a presença dos conselheiros, foi dado início a sexta reunião ordinária deste Conselho do ano de dois mil e dezesseis. **1) Abertura da Sessão:** A Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, deu por aberta a sessão e passou a palavra para o Senhor Secretário. **2) Expedientes (ausência de conselheiros):** O Senhor Secretário informou a ausência dos seguintes conselheiros: Caio Pinho; José Carlos Tavares; André Guimarães; Rosemary Andrade e Fábio Trindade. Foram convocados os seguintes conselheiros suplentes: Tatiana do Socorro; Raquel Amaral; Camila Lippi; Clodoaldo Tentes e Alexandre cruz. **2.1) Aprovação da ATA da 1ª reunião ordinária realizada no dia 07 de junho de 2016.** A Senhora Presidente colocou em apreciação a referida ATA, a qual foi aprovada por unanimidade. **3) comunicação:** A Senhora Presidente comunicou que o processo de licitação do hospital universitário está em trâmite, já foi vencido a primeira fase e já tem o vencedor da licitação embora esteja dentro do prazo recursal. Falou, também, que já está liberado para a Unifap o valor de R\$ 81 milhões, 873 mil, 340 reais para o empenho do início da construção do hospital. O início da construção será, no máximo, até janeiro de 2017. Comunicou, ainda, que está licitada a biblioteca do Campus Marco Zero que vai, finalmente, atender as necessidades de ensino, pesquisa e extensão. Essa biblioteca atenderá não somente as necessidades da universidade, mas também a sociedade amapaense. O cons. Geraldo maranhão comunicou que no dia 22 de outubro foi feito, pela universidade, o primeiro depósito de patente. Esse depósito foi o resultado de seu doutorado com a participação do prof. Dr. Alan Ubaiara e de dois acadêmicos do curso de Engenharia Elétrica. O cons. Pery comunicou que foi contratado um mestrado profissional para os técnicos e outro e um programa de incentivo educacional para os técnicos e também uma emenda parlamentar para subsidiar o mestrado profissional que foi conseguido através do Senador Randolfe no valor de 200 mil para o ano de 2016 e mais 200 mil para o ano de 2017. **4) proposições:** Não houve proposição. **5) Ordem do Dia: 5.1 – Processos nº 23125.022815/2016-12 – resolução nº 021/2016 “Ad referendum” que aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Amapá.** A Senhora Presidente disse que durante o período de recesso das atividades, a Unifap foi notificada pela CGU, conforme consta no processo, que esse regimento já deveria estar legitimado pela Instituição. Esse “Ad referendum” foi pedido pela pró-reitoria e foi discutido dentro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e dentro da própria Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e, se preciso for, este plenário poderá fazer qualquer alteração. O cons. Rafael Pontes disse que o NAI é uma instância da Universidade que está vinculado ao Departamento de Ações Comunitárias da PROEAC e nasceu em 2007 com um recurso denominado “incluir”, que dá início a uma série de atividades na Unifap. A cons. Jéssica Meneses perguntou se o Regimento do NAI vai valer para todos os campi. O cons. Rafael disse que o Regimento prevê um anexo do NAI em todos os campi. O cons. Pery perguntou se a estrutura física de acessibilidade vai ficar ao encargo da NAI ou da Assessoria Especial de Engenharia. O cons. Rafael Pontes disse que cabe ao NAI fazer o diagnóstico e juntamente com a engenharia fazer o trabalho de adaptação. A cons. Wilma disse que além dessa atribuição do NAI, tem uma comissão estabelecida na Prefeitura que está fazendo esse estudo em parceria com o NAI para detectar e resolver esses problemas de acessibilidade. Em seguida a Sra. Presidente colocou o ponto de pauta em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. **5.2 – Processos nº 23125.023751/2016-69 – Resolução nº 022/2016 “Ad referendum” que aprova o PPC do Curso de Especialização em Docência Universitária, modalidade à distância, na Universidade Federal do Amapá.** A Sra. Presidente disse que esse projeto foi formatado juntamente com as Pró-reitorias e com um grupo de professores da pesquisa, graduação e extensão. Foi dado o “Ad referendum” porque precisava fazer o “piloto”. A ideia do Ad referendum é que se forme a primeira turma e nós façamos o piloto com os que ingressaram na universidade em 2015 e 2016. Ao concluir esse curso, o professor recebe o título de Especialista em Docente de Nível Superior. O cons. Martírio disse que embora tenha sido um ad referendum, foi tramitado e aprovado na Câmara de Pesquisa e Pós-graduação. Em seguida a Sra. Presidente colocou o ponto de pauta em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. **5.3 – Processos nº**



23125.012889/2016-32 – Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade a Distância, com respectivo Regimento Interno. Conselheiro relator: Glauber Pereira/Helena Simões. A Sra. Presidente disse que o relator do processo, cons. Glauber, está liberado para doutorado. Quem apresentaria o parecer seria a cons. Helena Simões, Presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação. Porém, sua filha teve problemas de saúde, a conselheira não pode comparecer na reunião. A Sra. Presidente pediu permissão ao plenário para apresentar o parecer. A Presidente leu o parecer do conselheiro Glauber. A cons. Nazaré Guimarães fez pequenas alterações ortográficas no Regimento. O cons. Martírio também fez algumas correções ortográficas no Regimento. Em seguida a Sra. Presidente colocou o ponto de pauta em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. **5.4 – Processos nº 23125.00072/2016-11 – Estabelece Normas para a Realização das Atividades de Pesquisa na Universidade Federal do Amapá. Relator: cons. André Guimarães/Helena Simões.** A Sra. Presidente disse que o conselheiro André justificou a ausência, bem como a cons. Helena Simões. A Presidente apresentou o parecer. Disse que o conselheiro André Guimarães, parecerista, fez duas reuniões chamando a comunidade para discutir algo bastante importante para que as decisões fossem tomadas de maneira participativa e os resultados dessas reuniões foram debatidos na Câmara de Pesquisa e chegou neste modelo que está sendo apresentado para o plenário. O cons. Martírios disse que essa foi uma das resoluções mais democráticas que já passou pela Câmara de Pesquisa. Ocorreram duas audiências públicas, inclusive uma paralelamente a uma das reuniões desse Conselho. Falou que, foi aprovada por unanimidade na Câmara de Pesquisa e Pós-graduação. Em seguida a Sra. Presidente colocou o ponto de pauta em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. **5.5 – Deliberação do Conselho sobre a PEC 241.** A presidente fala da pauta dizendo: que o cenário nacional é um cenário bastante grave do ponto de vista político e econômico. A saída encontrada pelo governo federal foi propor o ajuste fiscal em que os gastos públicos passarão a ter a partir de então um teto que remete ao valor inflacionário do ano anterior e ao ano em que deveria ter o reajuste. Com relação à saúde e educação, a PEC não cria o teto, cria o piso. No entanto, o que a nossa experiência política e econômica coloca é que normalmente o governo atende a esse piso, e esse piso fica aquém dos investimentos feitos durante os últimos 10 anos, principalmente os investimentos feitos na Educação Superior que nos últimos 10 anos foram bastante robustos, considerando a expansão das universidades. Explica ainda que o Plano Nacional da Educação coloca uma meta muito ambiciosa pra universidades. Quando o Plano Nacional da Educação foi colocado, nós tínhamos 17% dos nossos jovens entre 18 e 25 anos na universidade, a meta é chegar a 33%. Explicou ainda que isso significa que o volume de investimentos necessários para a universidade cumprir essa meta não atende ou não é possível de ser realizada mantendo-se o mínimo previsto na PEC. Além disso, o volume maior de investimentos em saúde e educação necessariamente exige a retirada de recursos de outras áreas como assistência e seguridade social que são tão importantes quanto. Foi essa realidade que se entendeu por bem trazer para o conselho uma deliberação do conselho a respeito da manifestação da nossa universidade quanto à PEC. Explica também que se tomou a liberdade de fazer um texto, baseado inclusive na manifestação de outras universidades para subsidiar nossa discussão, enfim, funcionar ser uma proposta que o conselho pode simplesmente rejeitar e pode construir outras, mas é para que a gente partisse de algum texto para tiramos do nosso conselho uma posição a respeito da PEC. Diz ainda que o conselho pode desejar não querer se manifestar, mas entendemos que diante da gravidade institucional do cenário colocado no nosso país, é importante que o conselho superior faça sua manifestação. Quero dizer aos senhores também que a Reitoria não tomou a decisão de fazer a manifestação por conta própria porque entendemos que dada à gravidade do cenário e das colocações que devem ser feitas, isso deve ser feito de forma mais institucional e expressar o anseio da universidade na sua instância máxima de organização que é o Conselho Superior desta casa. Assim, propomos fazer uma leitura, o texto é breve, até porque é uma nota, não pode querer destrinchar todos os detalhes, e aí então fazemos todas as mudanças, as colocações, rejeitamos e trazemos outro. Mas antes disso, inclusive, temos que decidir se vamos nos manifestar como conselho ou se o conselho da UNIFAP prefere não se manifestar. Reiteramos, no entanto, que no papel de presidente deste conselho tenho a obrigação inclusive de alertar aos senhores que em função das muitas, inúmeras investidas políticas, investidas junto ao Ministério da Educação, a UNIFAP conseguiu a liberação de 100% do seu custeio, um custeio que tá baseado no nosso número de alunos e necessidades de 2014 sendo exercida em 2016 e, portanto um custeio que não é o suficiente, e que é este o mesmo orçamento que será repetido para 2017. Se não deu esse ano o dinheiro, ano que vem vai ser ainda mais difícil. A Conselheira **Aretha pediu a palavra dizendo que:** “enquanto representante dos técnicos, militante do movimento social, com certeza nós somos favoráveis a



uma moção de repúdio com relação a essa PEC, uma moção de apoio com relação aos movimentos que têm resistido contra essa PEC, às ocupações que estão acontecendo nas universidades, aos professores que estão deflagrando greve, aos técnicos. Explica que não entendo por que não chegou ao email dos conselheiros essa nota, se para construir de forma coletiva, com todas as categorias, é necessário que a gente pudesse ler porque às vezes as ideias não vêm aqui agora, só que a gente poderia pesquisar, ajudar na construção da nota, essa nota, pelo menos no meu email, ela não aparece. **Em seguida a presidente** reitera lembrando que “embora a convocação já diga sobre a deliberação do conselho sobre a PEC, a nota não foi e reforça que essa não é uma manifestação das entidades de classe, por exemplo, dentro do nosso conselho, como os representantes dos técnicos, dos representantes dos professores, é uma nota do conselho e que o texto é apenas uma proposta”. Na sequência o conselheiro **Geraldo Maranhão disse que** “a gente tem ouvido e visto na mídia, redes sociais e etc. discussões sobre a PEC, coisa que ela tem essencialmente o âmbito político e outro âmbito essencialmente técnico, e eu penso que não é adequado a gente votar uma manifestação muito séria da universidade, penso até contra a PEC sem antes discutir tecnicamente o que significa essa PEC e também discutir politicamente, porque nós estamos no momento, no âmbito internacional de mudanças políticas, mudanças de gestores e etc., nós precisamos avaliar de fato se a universidade hoje quer ter um papel de embate mais radical ou se quer ter um papel a priori de qualquer de governo que se lançou e está assumindo a cadeira agora há pouco tempo”. Ressalta que “Não há muito tempo atrás tivemos cortes no nosso orçamento de 10 bilhões de reais, coisa que esse conselho nunca se manifestou sobre isso. O nosso orçamento, pelas palavras da nossa presidência, que me corrija se eu estiver errado, sofreu cortes da ordem de 40, 50, 60% no nosso orçamento, então nós nunca nos manifestamos enquanto conselho sobre isso. **Assim, o conselheiro continuou sua fala** dizendo que concorda que a PEC traz em si essa necessidade, esse fervor desse debate político e técnico. Só que pensa que agora lendo uma nota sem fazer esse debate, sem uma base, sem esse debate (...) Diz que na sua posição seria agora um ato politicamente imprudente de a nossa universidade votar isso agora.

A presidente lembra que “é preciso que os senhores saibam, até porque nós fizemos as audiências públicas e expusemos nesse conselho quais eram as condições da situação financeira da nossa universidade e nós conseguimos os 100% da liberação de custeio, e estamos mais uma vez no trabalho muito pesado todo o dia em cima do Ministério da Educação para que faça a liberação do restante do nosso valor em capital, que foi parar em uma rubrica do PAC no orçamento geral que, oficialmente não teve corte, no entanto, nós não conseguimos receber esse valor, a nossa expectativa é que amanhã esse valor chegue e a gente saia correndo pra fazer todos os empenhos necessários de modo que não haja nenhum prejuízo e nenhuma devolução de recursos.

Profª Martírios explicou que concordava da mesma forma com o que o conselheiro Geraldo disse, explicou ainda que “a senhora tem feito uma política de diplomacia independente das categorias políticas, conseguindo verbas pra universidade numa crise tamanha, e essa diplomacia... tem que manter essa diplomacia conquistada, que é uma conquista sua, e eu acredito que é muito prematuro e de momento soltar esta nota agora sem advogar a questão do princípio da discussão nas categorias ou dentro da própria instituição, e acredito que temos que amadurecer isso, primeiramente que como tem desenhado a PEC e eu já tenho começado a fazer algumas leituras, por exemplo, chegam lá na CCPD daqui com a PEC, nós não vamos ter mais a progressão de dois em dois anos? Claro que nós vamos ter, não se pode cessar uma progressão profissional financeira em dois em dois anos, o que nós não teremos é concurso em 2 anos, então há muita manipulação, há muita alienação e há coisas negativas, mas há coisas que estão sendo manipuladas, que não é a verdade que vem a tona, entende? Então eu preciso somar com o conselheiro Geraldo, precisamos discutir mais isso dentro da nossa academia, precisamos que mantemos esse *status quo*, a diplomacia que você tem adotado, inclusive eu vi naquelas conquistas financeiras que a senhora conseguiu, que toda a sua equipe conseguiu de partidos inclusive opostos e o nosso Regimento Universitário ele é laico e temos que continuar nessa linha”. A professora Adelma pede a palavra e defende que há necessidade de um posicionamento do conselho, uma vez que a PEC será sim um retrocesso e cita como exemplo que após a expansão de vagas das universidades em que se garantiu um maior ingresso de acadêmicos advindo de escolas públicas, uma clientela menos favorecida que antes não tinha acesso ao ensino superior, e que agora quando se encaminhava para uma consolidação dessa expansão, na busca de melhorias a qualidade o MEC encaminhou orientações de diminuição de vagas. Isso é uma prova do retrocesso.



A presidente colocou em votação tanto a decisão de se posicionar que foi acatada pela maioria e em seguida a apreciação do texto, que recebeu algumas considerações breves de ajustes textuais e também foi aprovado pela maioria.

5.6 – Apresentação sobre o Estatuto e Discussão sobre a Metodologia a presidente convocou a Prof^ª Adelma para uma apresentação em *Power point* sobre a Estatuante para os conselheiros. Em seguida, explicou que o que se trazia para apresentar-lhes eram as orientações de documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE) que fala sobre a estatuante, que segue as recomendações da SERES (secretaria de regulação do ensino superior) e começam a explicar para os conselheiros quais serão os trâmites. Explana que embora a autonomia da Universidade esteja expressa na Constituição não significa que ela não esteja submetida às regulações superiores, principalmente do ponto de vista de sua organização legal e, portanto, o estatuto da universidade precisa ser aprovado pelo CNE, não sendo exatamente o MEC. O Conselho estatuante irá revisar o Estatuto que seguirá para a SERES e o setor jurídico irá fazer um “pente fino” para saber se o que está sendo colocado está em consonância com o que a legislação define sobre as universidades públicas federais. Se houver alguma divergência que precisam ser cumpridas temos de acatá-las. Uma vez feito todo esse “pente fino” pela SERES, o estatuto segue para o CNE que manda para a Câmara de ensino superior do conselho que irá pela segunda vez fazer um “pente fino” para ver se foram obedecidos os regramentos legais e os princípios fundamentais da LDB quanto à gestão democrática, organização dos colegiados, deliberativos e tudo que é obrigatório no âmbito da LDB. Feito isso o conselho emite um relatório aprovando o estatuto da Unifap, que então é mandado para o MEC, que solta uma portaria dizendo que aprova a revisão do estatuto para renová-lo. A Reitora fala que esse trâmite leva em média 18 meses e só depois da aprovação do estatuto revisado é que a universidade tem a autonomia de refazer seu regimento. Isso significa que o MEC e o CNE têm pedido as universidades que entendam que o estatuto é uma grande apresentação das diretrizes e princípios que a universidade irá adotar para si. O estatuto da universidade dura 20 anos e só então poderá ser revisado. A reitora propõe o prazo de um ano para a revisão do Estatuto e começo da segunda fase que é o Regimento. A professora retoma a palavra e lembra que todos os documentos foram encaminhados ao conselheiros e mostra o checklist que compõe estes documentos utilizados pelas SERES/MEC/CNE e lembra que leiam esses documentos especialmente a Metodologia proposta em que constam as responsabilidades de cada grupos de trabalho que deverá ser formado pelo conselho e encaminhem as sugestões com antecedência para que se possa consolidar e colocar em apreciação por todos, além do calendário que precisará ser preenchido nessa metodologia e então finalizá-la e aprová-la para reger os trabalhos de revisão do estatuto. **Encerramento da Sessão:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros, e às dezoito horas deu por encerrada a Sessão, e eu, Merivaldo Soares de Oliveira lavrei a presente ATA que depois de aprovada será assinada por mim, pela Senhora Presidente e arquivada na Secretaria do Conselho Universitário.

Macapá-AP, 04 de novembro de 2016.

Prof. Eliane Superti
Presidente do CONSU